

Já dizia el-Rei

EDGAR FLEXA RIBEIRO

Há sinais de coisa nova no ar. Nova é modo de dizer: graças a Deus existem os amigos, que trazem de Portugal presentes raros como a carta régia em que D. José I de Portugal e dos Algarves, em África Senhor de Guiné e etc., já relatava:

“...entre os funestos estragos com que pelo longo período de dois séculos se viram as letras arruinadas nos mesmos reinos e domínios, se compreenderam as Escolas Menores, em que se formam os primeiros elementos de todas as Artes e Ciências, achando-se destruídas por efeito das maquinações e dos abusos com que os temerários mestres, que por todo aquele dilatado período se arrogaram as sobreditas escolas e as direcções delas, em vez de ensinarem e promoverem o ensino de seus alunos, procuraram distraí-los, e impossibilitar-lhes os seus primeiros tirocínios...” e por aí em diante.

Isso foi dito por el-Rei há 219 anos, em 12 de novembro de 1772. Agora, nos últimos dias, com as indispensáveis atualizações, foi repetido no jornal, na revista e na televisão, sem muita diferença para tanto tempo decorrido. Depois de D. José I e da reforma iniciada pelo Marquês de Pombal, muita água passou embaixo da ponte: os monarcas esclarecidos saíram de moda com a Revolução, e a poeira do tempo se acumulou nos arquivos. Colônia ou já independente, cá a terrinha conheceu altos e baixos em matéria de educação — mas ao que parece, baixos como o de agora não se vêem desde quando ainda se corriam touros em Salvaterra!

Por isso, se não é nova a constatação, parece nova a consciência do facto. Talvez, finalmente, este país esteja se dando conta para valer do que representa a educação básica do povo como instrumento de construção do futuro, como alguma coisa mais do que um expediente para desviar recurso público para fins escusos das mais variadas naturezas. E o país real, fora das repartições, das cerimônias e discursos protocolares, dá ares de estar disposto a tratar do

assunto a sério, sem tergiversações, sem concessões e sem preconceitos.

É impressionante nestes 200 anos o pouco espaço ocupado pela educação fundamental no elenco das preocupações nacionais. As elites se ocuparam de tudo um pouco: teve para a agricultura, a indústria, o comércio; para o capital e — menos — para o trabalho; para a saúde, as letras, as

artes. De educação mesmo, poucos se ocuparam — nos últimos 50 anos, apenas um punhado de maníacos, e assim mesmo brigando entre si o tempo todo. O País, perdido, assistiu esvaír-se o pouco que tinha em troca do pouquíssimo de que dispõe hoje.

Se já há consciência de que não temos mais nada a perder nessa ma-

téria — a não ser o tempo que desperdiçamos como insensatos — coloca-se o problema de saber se já estamos preparados para nos arriscar a ganhar algum terreno, tentando romper o pacto de imobilismo em que o País se tem visto enredar. Na verdade, pensando bem, temos andado feito peru em véspera de Natal: ébrios de espíritos, e contidos no



imaginário obstáculo de um círculo de giz do qual por duas gerações não conseguimos nos safar.

Os dados estão aí, para fazer corar de vergonha um frade de pedra. Interpretados de um modo ou de outro, terminam sempre por dizer coisas horríveis que nos humilham. O que assusta mais, no entanto, é a falta de um cerne de idéias compartilhadas, uma base na qual se encontrem as tendências e correntes do pensamento e da vontade nacionais e que preceda as disputas por posições hegemônicas.

Em outras palavras: o Brasil continua sem uma agenda básica para a educação. Não havendo acordo mínimo entre educadores e administradores, a educação “enquanto setor” (com a devida vênia) permanece presa fácil de todo tipo de aventureirismo politiquês e assistencialismo demagógico. E rola projeto daqui, empreiteiro dali, construção para todo gosto e verba, merenda, livro e que tais sem que haja consistência suficiente no pensamento nacional para conter dentro de limites razoáveis o despautério do poderoso da vez.

E vem a queixa dos técnicos e educadores contra os políticos e suas manigâncias, a exigir deles coerência e apuro no trato dos problemas da educação! Mas o que oferecemos nós aos políticos para iluminar-lhes o caminho e balizar as ações, senão vozerio e discórdia? Entre os automeados defensores da escola assim e assada; pública e particular; confessional e leiga; municipal, estadual e federal; de um, dois, três ou quatro turnos; ao sabor de toda sorte de interesse corporativo; com ou sem projeto do Oscar Niemeyer; como distinguir na balbúrdia o que representa o interesse nacional, e indica por onde se começa para se tirar o pé da lama?

Como o peru natalino no círculo de giz, volta-se ao ponto de partida: quando os educadores brasileiros vão se dar conta de que, embora o País apenas esteja começando a ter consciência do problema, é ele — o País — que tem o poder de resolver como vai dar conta da falta de escola

que lhe pesa como chumbo? Não há mais teoria preferida, tese esposada, ideologia eleita ou poção milagrosa que atenda à diversidade e desigualdade desse mundo Brasil afóra, pobre e carente, reprovando alunos em massa, ejetando-os da escola sem caminho de volta, desperdiçando grande parte dos poucos e parcos recursos que a penúria nacional consegue reservar para gastar com a educação.

O País não pode mais ficar paralisado em matéria de educação porque a iniciativa de um não cabe na teoria do outro. O atraso acumulado termina por legitimar as mais variadas formas de educar este país perversamente desigual, e a diversidade das soluções é proporcional à extensão das diferenças que o País tem que atender, acolhendo-as efetivamente na cidadania por intermédio da escola.

E cá estamos mais uma vez, cumprindo penosamente o nosso destino, repisando os passos de um trajeto tantas vezes percorrido, numa processão soturna de desentendimentos ultrapassados, a tentar fazer uma lei de diretrizes e bases da educação nacional, que a continuar como vai já nascerá besuntada de intransigência, sectarismo, alianças efêmeras em acordos de ocasião, de texto obscuro e torturado, verdadeira colcha de retalhos condenada ao descumprimento.

O assunto vai ganhando corpo na cidadania, o descabro vai reduzindo o espaço para a contemporização, a crise do Estado se faz mais aguda a cada passo, os recursos públicos prometem se estreitar também pela próxima década, os homens de governo tentam o que lhes parece razoável dentro de seus interesses, e nós educadores não conseguimos nos organizar para oferecer um elenco de opções viáveis para a Nação.

Como não há um monarca esclarecido à vista, nem um Pombal de reserva, em 1992 estaremos talvez, em matéria de educação, pior do que estávamos em 1772 — quando pela última vez se correram touros em Salvaterra.

Edgar Flexa Ribeiro é educador e diretor do Colégio Andrews.